

# O eclipse da política na experiência social brasileira

WOLFGANG LEO MAAR

## A contradição da política

Por que a política, por mais que hoje seja orientada aos excluídos, se torna simultaneamente também cada vez mais excludente? Por mais transformadora que seja a intenção que ela traduz, objetivamente e em grande medida a política consolida justamente a sociedade na sua forma em vigor. Em parte substancial ela reafirma o existente numa efetiva *política de despolitização*<sup>1</sup>.

Em um clássico acerca da sociedade de massas, Max Horkheimer e Theodor Adorno indagavam por que sua (e nossa) época, em vez de se tornar mais civilizada, se acerca progressivamente da barbárie. A *dialética da ilustração* assim configurada poderia ser decifrada na medida em que se abandonasse a confiança exclusiva “na consciência vigente”<sup>2</sup> da época. Hoje, em confessada paráfrase, essa indagação poderia ser posta sob outra forma: haveria uma *dialética da política*, determinada pelo movimento de reprodução da formação social capitalista em sua atual configuração? Por essa dialética a política necessariamente se desenvolveria de modo contraditório, a ser decifrado com a superação de uma confiança excessiva na “consciência presente da política”, ou seja, na experiência vigente da política.

<sup>1</sup> A expressão é de Pierre Bourdieu, *Contrafogos 2* (Rio de Janeiro, Zahar, 2001), p. 60

<sup>2</sup> Theodor Adorno e Max Horkheimer, *Dialética do esclarecimento* (Rio de Janeiro, Zahar, 1985), p. 11.

Tudo isso vem a propósito do que parece um paradoxo, mas que realmente é a contradição histórica da política, o desafio mais intrigante de nosso tempo. A experiência disso pode ser feita no presente, na prática de um governo eleito com base em perspectivas transformadoras da correlação de forças, mas que em grande parte é cativo da forma social da política restrita à divisão do poder no quadro em vigor.

Não ocorre o fim da política em sentido abstrato, mas se observa, de um lado, o avanço de uma política meramente instrumental, do cálculo do poder, e, de outro, o declínio de uma dimensão política voltada ao bem público e de intervenção transformadora na sociedade.

É importante destacar que, como a política instrumental, também essa última dimensão da política gera seu próprio contexto de reprodução. Pode assim interferir efetivamente na construção da sociedade, nos espaços de participação e de decisão, conferindo-lhes autonomia, subtraindo-os da influência privativa dos beneficiários dos cálculos do poder, justamente porque estes temem conferir à esfera pública o poder decisório.

A sociedade impõe objetivamente parâmetros à atividade política. Por essa via hoje se debilita a política apreendida no espaço público, para incrementar como sucedâneo uma política meramente adaptativa ao contexto de interesses individualizados estritos e desvinculada da produção de nexos sociais exigidos para a realização de bens públicos. Para fechar o círculo, a política desfigurada no jogo privado reforça, ao mesmo tempo, a contínua privatização da esfera pública. Essa política é, assim, a principal sustentação da reprodução da sociedade em vigor.

Com a tendência declinante da política na esfera pública se consagra a sua dimensão numa sociedade excludente, erigida ao longo de décadas para perpetuar a ordem e a não-participação popular, que foi enormemente reforçada na era FHC. Causa e beneficiária dessa política instrumental é a política macroeconômica que hoje corresponde à financeirização capitalista.

A experiência disso só pode se assentar na contradição presente na política, a contemplar, embora de modo desequilibrado, as duas dimensões: a política do cálculo pragmático na sociedade já feita e a política vinculada à construção da sociedade. As ambigüidades e contradições são muito débeis, dada a hegemonia da política instrumental. Esta se caracteriza por uma lógica avessa à experiência pública; sua ação se extingue tão logo alcançados os seus objetivos privados.

Ela já não é formadora para além da consecução imediata de seus propósitos instrumentais.

Mas *há necessidade da experiência do conflito entre política e sua forma social instrumental para possibilitar a crítica da esfera pública privatizada e uma elaboração alternativa*. Não há reflexão crítica que se baste sem se traduzir em experiência prática. É preciso privilegiar um outro leito para o processo de formação social da realidade brasileira, para que se converta em experiência muito além da que se encontra em curso na atualidade.

Há necessidade de uma política alternativa à política instrumental, para *construir uma esfera pública democrático-popular* que faça frente à situação estabelecida ao favorecer a experiência crítica à política instrumental, ao privilegiar práticas de inclusão que interfiram na construção do âmbito social, reinventando-o. Práticas que alterem a produção da sociedade, seus hábitos, seus fins e seus modos de ação.

Essa é a política com dimensão educacional-pedagógica ou de conscientização. Era a perspectiva originária e inovadora do PT, por exemplo. Mas dificilmente pode ser experimentada no formato atual do partido, pois requer uma concepção de esfera pública alternativa que, tudo indica, já não encontra abrigo na agremiação adiante da política instrumental que impera.

### A dialética entre política e sociedade

Por que, *ao mesmo tempo que avançam na conquista do poder*, hoje, por toda parte, *os trabalhadores e os setores populares com ele identificados se tornam simultaneamente mais impotentes*? Por que, ao desenvolver uma atividade política que elege representantes que avançam no sistema estabelecido, perde-se a eficácia política para atingir o poder na política, mas que esta permitiu atingi-lo? Como explicar que os trabalhadores conquistaram poder com transformações na ordem em vigor, ao mesmo tempo que perderam poder com transformações no seu próprio plano de ação direta ou partidária?

Esta é a dialética entre política e sociedade. Uma parcela significativa das ações políticas, presa ao pragmatismo do possível sem utopia, confirma com sua operação o contexto em que se situa, e por isso é reforçada. Pela forma social determinada da política no cotidiano concreto da sociedade se estabelece uma identidade política que caracteriza a situação atual.

Aqui se insere a criativa reflexão de Francisco de Oliveira, ao sustentar em *O ornitorrinco* a existência de uma nova classe. “Classe”

no sentido de situação de classe objetiva, configurada pela inserção dos seus partícipes no contexto da reprodução social estabelecida. Seria constituída por “sujeitos monetários” marcados por uma “convergência pragmática entre PT e PSDB”<sup>3</sup>, no aparente paradoxo segundo o qual o governo Lula realiza o programa de FHC. É um segmento social com duas origens partidárias – “técnicos e economistas dublês de banqueiros, núcleo duro do PSDB; e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT”<sup>4</sup> –, unido em uma “ação com sentido racional”. Classe “nova” porque seu lugar na produção “não é o da burguesia”, mas seus integrantes “já não são mais trabalhadores”<sup>5</sup>.

A “nova classe” é, sobretudo, uma tendência em franca expansão. Ela *se identifica por uma mesma política, a política racional-instrumental* de gestão, financeira no caso específico relativo aos de fundos públicos. No plano da experiência cotidiana da sociedade há uma identificação política entre capital e trabalho, unidos numa forma social que cobra seus dividendos: a *nova classe* não é um sujeito apto a desenvolver políticas para além da política instrumental; nesse sentido, para Francisco de Oliveira, a política tornou-se irrelevante: a gestão econômica é administrativa. Como a massa na sociedade de massas, a nova classe é protagonista de um processo de abstração em que “articula o bloqueio da subjetivação no momento de sua própria realização”<sup>6</sup>. A nova classe *despolitiza*, ao sustentar que a sua política instrumental é a política *natural* ao vigente, é sua administração. Assim, a nova classe é determinada pela sociedade e, simultaneamente, determina a sociedade.

A política centrada na apropriação dos fundos públicos condensa um movimento de privatização da esfera pública, a que chamamos despolitização. A questão central é: como se constitui e quem constitui a “política de despolitização”? Uma política inserida na reestruturação social em que a política de realização de bens públicos é eclipsada por uma política “unidimensional”, experiência da satisfação direta de interesses que só reforçam o *status quo*. Cabe explicar

<sup>3</sup> Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O omitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003), p. 147.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>6</sup> Peter Sloterdijk, *O desprezo das massas* (São Paulo, Estação Liberdade, 2002), p. 16.

por que a política centrada nas possibilidades vigentes, por mais orientada ao benefício dos excluídos e dos mais pobres, resulta em grande parte num aprofundamento da exclusão dessas parcelas. Na nova classe muda o foco, que transita da classe à pobreza e ameaça a força social constitutiva dos sujeitos “de classe”.

Há uma debilidade da prática política que Bauman<sup>7</sup> remete à “insignificância da política” de Castoriadis. Mas essa debilidade é “forçada” em relação aos termos da estrutura social e ao âmbito das forças em correlação. Corresponde à força de uma inércia contraposta à transformação; a uma política para reproduzir a ordem social como alternativa à sua transformação. Não há ausência de política, mas presença de uma política em determinada forma social.

No prefácio ao *Ornitorrinco*, Roberto Schwarz destacara “sobretudo as implicações que [a nova classe] tem para a política”<sup>8</sup>. E concluiu:

Um dos eixos do *Ornitorrinco* é a oposição entre Darwin e Marx, entre a seleção natural, pelo jogo imediatista dos interesses, e a solução consciente dos problemas nacionais e da humanidade. Ora, na esteira do próprio Marx, os argumentos de Francisco de Oliveira estão sempre mostrando que nada ocorre sem a intervenção da consciência; porém [...] Presente em tudo, mas enfeitiçada pelo interesse econômico, esta funciona *naturalmente* e sustenta o descalabro a que ela poderia se contrapor, caso crescesse e mutasse.<sup>9</sup>

Em questão encontram-se sempre políticas (“intervenção da consciência”), mas as forças que traduzem estão contrapostas. A política correspondente ao vigente se impõe à política de mudanças. A política sustentada na consciência enfeitiçada pelo interesse econômico se contrapõe à política que deveria se opor a esse descalabro, eclipsando-a em favor do “natural” na experiência social brasileira de exclusão em vigor.

Nas relações entre sociedade e indivíduo, com Hegel pela primeira vez o sujeito da política seria apreendido como “duplicado”: de um lado, o sujeito que “conscientemente” procura realizar certos objetivos sociais e, de outro lado, o sujeito cuja “consciência” é

<sup>7</sup> Zygmunt Bauman, *Em busca da política* (Rio de Janeiro, Zahar, 2000), p. 12 e ss.

<sup>8</sup> Roberto Schwarz, “Prefácio com perguntas”, em Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*, op. cit., p. 14.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 21.

socialmente determinada conforme a sociedade em que se insere. Além disso Hegel, contrapondo-se a Kant e seu sujeito constituinte, foi o primeiro a destacar o primado da sociedade em relação a sua experiência política. Para ele as condições de possibilidade do “objeto” (que é a sociedade) são também as condições de possibilidade da experiência do objeto. Assim a sociedade, em sua forma atual, é bem-sucedida nas formas da política que impõe à experiência política dominante dos seus integrantes – as formas da política instrumental – ao mesmo tempo que a própria sociedade se reproduz nos termos dessa política.

A esse problema maior da política aponta também o *18 Brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas”<sup>10</sup>. Ao se referir à história “que só se repete como farsa”, Marx pensava justamente na adequação do processo de reprodução da sociedade aos sujeitos que se tornaram dominantes nela, convertendo a experiência anterior em farsa. A política instrumental dos segmentos que compõem esses novos sujeitos dominantes, a que se refere a “nova classe”, também é uma adequação da reprodução da sociedade e a conseqüente conversão “em farsa” da política anterior. A chave está em que *a experiência é operante e não apenas reflexa*, e se transforma no curso da transformação social para assim exigir uma apreensão desta última em termos distintos dos que povoam o vigente. A política e suas circunstâncias requerem tratamento simultâneo.

A conseqüência mais danosa da política instrumental é que seu predomínio adapta a formação social à ordem existente, gerando um círculo vicioso. Vincula-se ao que Bauman descreve como “redefinição da esfera pública” como “palco da encenação de dramas privados”<sup>11</sup>. Está em pauta uma dessocialização das relações intersubjetivas, isto é, uma constituição de relações instrumentais entre indivíduos que se extinguem tão logo os objetivos imediatos sejam alcançados, tornando o outro reconhecido apenas durante a ação instrumental, como mero “objeto-meio” para a efetivação de fins específicos. No esgarçamento da esfera pública corre sua privatização.

<sup>10</sup> Karl Marx, “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, em *Manuscritos econômico-filosóficos e outras obras* (São Paulo, Abril Cultural, 1978), p. 329.

<sup>11</sup> Zygmunt Bauman, *Modernidade Líquida* (Rio de Janeiro, Zahar, 2001), p. 83.

Assim como, contraditoriamente, a esfera pública nascera do jogo de interesses privados, agora o reforço da privatização resulta de uma política pública sustentada na configuração inalterada de forças na sociedade. Não ocorre uma “mudança estrutural” na esfera pública, como quer Habermas<sup>12</sup>, mas sim o dinamismo dialético do nexos política e sociedade. Só é possível sair dessa dialética pela intervenção no quadro das forças políticas em disputa, superando a política instrumental.

Relevante já não é a pergunta “*O que é a privatização da esfera pública?*”, mas “*Quem é a privatização da esfera pública?*”. Nova classe e política instrumental respondem a essa questão na esteira da duplicidade apontada por Hegel. A nova classe, embora objeto da experiência, simultaneamente é sucedâneo da mesma ao obstruir a experiência da duplicidade e da política instrumental.

*O presente momento político nacional possibilita com clareza a experiência dessa duplicidade e da política instrumental, ao mesmo tempo que dificulta a realização dessa experiência.* A experiência social do conflito entre política e sua forma instrumental é, portanto, a questão hoje mais relevante, sem o que não há crítica nem elaboração de alternativas. A nova classe tem poder de decisão para eclipsar políticas públicas transformadoras.

Falar em nova classe expressa a obstrução da experiência da contradição entre orientação pública e privada das políticas. Significa perenizar a correlação de forças, em que a nova classe se unifica em torno de um fim racional estratégico objetivamente imposto como cálculo político pela reprodução da atual formação social capitalista.

### O poder da política instrumental

A política instrumental que unifica interesses privados não corresponde só a decisões subjetivas, mas responde objetivamente ao primado da reprodução social em determinado contexto. Nesse contexto, a opção que conduziu à política econômica de privilégio à acumulação financeira, identificada com a macroeconomia neoliberal, é a mesma que levou à política instrumental.

Determinados nexos objetivos requerem determinada experiência política como mediação necessária à efetivação de um fim estratégico: este, no caso, é a acumulação em sua fase de financeirização. A solução para a questão, posta com a formulação da existência de uma

<sup>12</sup> Jürgen Habermas, *Mudança estrutural na esfera pública* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984).

nova classe, passa pela “experiência de classe” dela. Falar em “consciência” vinculada à classe, nesses termos, significa, a um só tempo, referir-se a uma consciência socialmente determinada e também a uma consciência que produz sociedade conforme a perspectiva de classe a que se refere. No caso da política instrumental, embora resulte da imposição objetiva do vigente em sua reprodução continuada, a política é também causa, e unifica na prática para reproduzir a sociedade. A imposição é apresentada numa consciência “falsa”, mas “de verdade”, pois a consciência produz sociedade a seu modo. Isto é, obstrui a apreensão dos conflitos políticos ao se expressar numa experiência substitutiva para reconstruir a sociedade sem impasses, como um todo acessível ao cálculo do lucro e do poder de acordo com o modelo de gestão pública centrado na acumulação capitalista.

A política instrumental aparece, seja no contexto de uma “ética” privatizada, seja no contexto de uma “manipulação” privada do espaço público da mídia. Relaciona-se, de um lado, com as denúncias da construção moral privada – o discurso “ético” do PSDB nas CPIs, por exemplo – e, de outro lado, com as denúncias de manipulação na construção da opinião pública – o discurso do golpismo de órgãos de imprensa, por exemplo. Ambos os discursos têm elementos de verdade, embora sejam parciais. O importante é caracterizá-los como vinculados à política instrumental e à construção social que lhes corresponde. A política instrumental depende do contexto de uma esfera pública privatizada com cuja reprodução colabora. Discurso ético e discurso de manipulação são aproveitados como co-partícipes de um processo de socialização, de construção de uma esfera pública adequada justamente ao atual estágio capitalista. Esta se dispõe como sucedâneo da sociedade efetiva, ao se apresentar como experiência dos homens e das mulheres em seu processo de vida social real, em que produzem materialmente e em que decidem politicamente.

Ambos os discursos – o da denúncia “ética” e o da denúncia de “manipulação” – se identificam como abstrações, no que diz respeito a sua aderência a um espaço privado. Por isso se sustentam num processo de privatização da esfera pública, em que se efetivariam tanto os fins da moral privatizada, como cobram integrantes do PSDB; como os fins do golpismo privado de grupos econômicos a se expressar na mídia, como cobram integrantes do PT. Ora: a esfera pública não se esgota na sua privatização como mídia, mas contempla a organização social, a vida partidária e a correspondente construção de sujeitos. Na esfera pública privatizada, entretanto, os fins da moral

M A A R  
L E O  
G  
N  
G  
F  
G  
O  
W

privatizada e os fins dos interesses econômicos privados confluem perfeitamente como política instrumental, centrada na consecução de objetivos específicos, com meios independentes de parâmetros vinculados à efetivação de bens públicos. Haja vista o apelo a soluções técnicas tanto para questões econômicas como para a violência. A completa imersão na reprodução social atual torna líderes partidários experientes ou cultivados economistas incapazes de ultrapassar a experiência na forma que lhes é imposta na ordem estabelecida. Em termos sociais, não imaginam, quanto mais propõem, nada diferente do que se encontra *na* sociedade à sua frente imediata. Assim, hoje, os partidos se abstêm de gerar sujeitos políticos para a produção *da* sociedade.

Os fins da política como bens públicos apenas podem ser apreendidos dinamicamente e não só no âmbito da sociedade já feita. Não basta pensar na correlação estática de forças da sociedade, transitória e dependente de pressupostos. As forças sociais devem ser refletidas no quadro real de uma experiência pública de constituição coletiva da sociedade.

Marx, tendo isso em vista, destacou em diversas ocasiões<sup>13</sup> a diferença entre as focalizações da produção *na* sociedade e a produção *da* própria sociedade. Nessa última se produzem as próprias formas sociais da produção. Centrar-se na produção – ou na política –, tal como ocorre *na* sociedade, significa pressupor determinadas formas sociais políticas, que impõem determinada experiência política, que por sua vez é um momento decisivo na própria reprodução da sociedade estabelecida em seu dinamismo. Mediante a ética da convicção e a ética da responsabilidade, mesmo Max Weber<sup>14</sup> em certo sentido reflete o nexo entre sociedade feita e por fazer, embora, como conservador, priorize o vigente. Uma vez na sociedade, o poder constituído pelo povo na política da sociedade se volta contraditoriamente contra o mesmo<sup>15</sup>. A política instrumental restringe-se à política na sociedade pronta e sob as formas sociais nela legitimadas, e impede a experiência da constituição da formação social. Por isso Giorgio Agamben realça que a política, para não ser eclipsada, depende da ruptura entre o processo de produção da sociedade e sua política, e as formas

<sup>13</sup> Por exemplo, Karl Marx, *Capítulo sexto – inédito – de O capital* (São Paulo, Centauro, 2004), p. 138.

<sup>14</sup> Max Weber, *Ciência e política: duas vocações* (São Paulo, Cultrix, 1972), p. 113.

<sup>15</sup> Fábio Konder Comparato, *Ética* (São Paulo, Companhia das Letras, 2006), p. 674.

assumidas por essa política que a controlam na ordem estabelecida. Insiste na tese de Benjamin contra Schmitt, a existência de uma violência fora do direito “de exceção”<sup>16</sup>, tendo em vista a distinção entre o plano da política como produção *da* sociedade – a violência de classe que põe a política – e o da política *na* sociedade – centrada na negociação do direito controlador da violência como exceção. Sob risco está justamente a experiência dessa distinção, de modo que a política parece limitada às formas estabelecidas.

A sociedade pronta é uma socialização dinâmica, onde a experiência da sociedade como produção social não é acrescida de fora; imanente, brota da própria estrutura social contraditória. “Não se trata de realizar ideais [...], apenas de conferir liberdade aos elementos que já se desenvolveram no seio da sociedade”, afirmou Marx em “A guerra civil na França”<sup>17</sup>. Esses elementos são a experiência do conflito.

O conflito entre aparência estática e ser dinâmico não conduz à experiência da verdade, como queria Hegel; mas historicamente. A realidade da aparência naturalizada – o “fetiche” – é socialmente necessária e fruto da história. Por isso, pela perspectiva histórica se pode superar a aparência socialmente necessária.

O fetiche da acumulação financeira – a “necessária independência do Banco Central” – corresponde à política instrumental em seu nexos com a privatização da esfera pública, com todas as consequências no nexos entre meios e fins, que podem ser objeto de experiência – embora de modo lacunoso e invertido –, tanto como desvios éticos privatizados como desvios manipuladores de informação. O fetiche produz “consciência”, isto é, produz uma experiência necessária à acumulação que obstrui experiências alternativas – novos sujeitos de classe, por exemplo – necessárias à crítica do fetiche.

O problema maior se instala quando há redução das experiências dos desvios éticos e das manipulações da mídia a fenômenos de conduta individualizados no contexto da sociedade em sua configuração pronta. O equívoco é gerado ao se refletir apenas *na* sociedade existente, sem se referir a seu dinamismo e, nessa medida, sem procurar focalizar a própria formação *da* sociedade, no referente a seu atual padrão de produção social e de ordem política.

<sup>16</sup> Giorgio Agamben, *Estado de exceção* (São Paulo, Boitempo, 2004), p. 85.

<sup>17</sup> Karl Marx, “A guerra civil na França”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas 2* (São Paulo, Alfa-Omega, s/d.), p. 84.

A realidade da política instrumental é ser contradição em processo. Para ela toda política deveria se pautar por sua forma instrumental – pragmática, sem “ideologia”, conforme seus próprios adeptos. Ao mesmo tempo a própria forma instrumental da política esvazia a política, tornada “ideologicamente” insignificante ao transitar do espaço público ao espaço privado, com seus critérios e suas medidas absorvidas pelo jogo de interesses já existente, que se resolve fora do âmbito político. É o estranho círculo que uma forma social da política percorre: para adquirir onipotência, se torna insignificante; se dissolve para existir. A política da governabilidade a qualquer custo, das alianças estratégicas sem fins públicos, deixa de ser política para se converter em mera “concorrência desleal” entre sujeitos privatizados quase no plano da contravenção penal... Isso só reafirma a política vigente da formação social, pois o que seria o objeto da política é retirado de sua alçada – o bem público que exige organização social –, enquanto uma experiência substitutiva como a política instrumental parece esgotar o que seria a política.

A subjetivação e a privatização da política correspondem a um pacto objetivo de reprodução da sociedade, perenizada ao tornar a política insignificante para o contexto social que poderia alojar sujeitos políticos aptos a transformar a formação vigente no que ela não possibilita realizar certos objetivos. A despolitização decorre de uma cumplicidade da política com a própria reprodução social; é uma ação que corresponde, no caso brasileiro, à “nova classe”, cujas mediações com a vida cotidiana e com a experiência social coletiva precisam ser decifradas e apreendidas para serem superadas.

A crítica, de sua parte, não pode ser direta, sem respeito às mediações da política instrumental – por exemplo, as assim chamadas “manipulações” da mídia – para procurar estabelecer as condições de sua superação, a denúncia do falso e sua correção. Isso não basta, pois essa crítica só se vincula a uma experiência política restrita, que corresponde à própria política instrumental, que não é experiência efetiva, mas apenas sucedâneo inócuo. A correção ideológica é insuficiente, pois a crítica permanece presa ao plano do criticado.

Criticar a política instrumental não é suficiente; é preciso ampliar a abrangência da crítica, para alcançar o processo de reprodução social em que se gerou a formação determinada a que a política instrumental corresponde, e se reinserir no mesmo. É preciso restabelecer as condições da experiência política pela reconstrução da esfera pública em que a política se insere, como produtora de socie-

dade e na qual se implementam os sujeitos políticos. No dizer de Paulo Arantes: “Tirar do limbo social novos atores, [...] reinventar formas sociais”<sup>18</sup>. A crítica efetiva exige a experiência política alternativa à política instrumental.

### A experiência na esfera pública privatizada

A realidade é produzida com procedimentos práticos – organizativos, políticos, culturais-ideológicos – e justamente essa prática é hoje refém da “falsa” realidade hegemônica. Em sua extraordinária análise dos nexos entre esfera pública e meios de comunicação de massa, Oskar Negt e Alexander Kluge denunciam a maneira pela qual a própria experiência prática e política, inclusive das camadas populares, democráticas e de esquerda, é majoritariamente “definida pelos limites estreitos do que se reserva à experiência política na esfera pública dominante”<sup>19</sup>, conservadora e neoliberal. É o que ocorreu entre nós, por exemplo, com a cumplicidade entre política instrumental e concepção economicista fiscal e de capitalização, no lugar de uma política econômica tendo como objeto a base efetiva da produção social e de seus sujeitos.

A disputa da política instrumental na mídia transborda determinadas situações, como eventos eleitorais ou transformações no processo produtivo etc. Não há uma manipulação do exercício do voto ou uma reestruturação da produção econômica, mas uma reestruturação geral da sociedade em todas as suas dimensões. A “maior parte dos indivíduos move-se num mundo [...] que foi artificialmente criado para ela justamente a fim de que ela se mova neste mundo”<sup>20</sup>.

Isso traz conseqüências. Nunca cessam iniciativas de reconstrução social para que uma eventual vitória eleitoral adversa possa ser absorvida no âmbito de uma forma social dominante de esfera pública em processo de privatização. Se, em relação à política macroeconômica, não haveria o que reclamar, faltaria firmar um conjunto social baseado na “consciência tomada pela economia”.

<sup>18</sup> Paulo Arantes, *Extinção* (São Paulo, Boitempo, 2007), p. 287

<sup>19</sup> Oskar Negt e Alexander Kluge, *Public Sphere and Experience* – orig. al.: *Öffentlichkeit und Erfahrung* (Minneapolis, University of Minnesota Press, 1993), p. 46. Existe tradução do capítulo central da obra na coletânea de Ciro Marcondes Filho, *A linguagem da sedução* (São Paulo, Perspectiva, 1985).

<sup>20</sup> Perseu Abramo, *Padrões de manipulação na grande imprensa* (São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003), p. 24.

Algo semelhante ocorreu no movimento das Diretas-Já. A Globo, noticiando o movimento antes ignorado, não foi “dobrada”; ao contrário. Veiculou uma reconstrução da formação social para as eleições diretas serem absorvidas sem danos à reprodução social sistêmica. A política instrumental se legitimou como produtora da sociedade e sucedâneo da política. A realidade nova o seria apenas aparentemente; na verdade, as coisas “novas” seriam ruins, já que inseridas entre as coisas “velhas” e ruins, embora apresentadas como as coisas boas de sempre. Os impasses a serem solucionados no imaginário – a esfera pública privatizada – são eles próprios um modo ideológico de organização que obstrui impasses reais. Falar em eclipse da experiência significa precisamente referir-se a essa operação ideológica.

No caso das Diretas-Já houve a reconstrução da sociedade sob o padrão da experiência formada na esfera pública dominante, a preparar o terreno para Tancredo em um *aggiornamento* com o autoritarismo ditatorial para não ameaçar os donos do poder. Os impasses com o voto popular seriam dissolvidos nos falsos “impasses” entre “ditadura” e “nova república”. A capa de um diário da época é exemplar: “Sociedade civil quer diretas já; Tancredo agora quer negociar”<sup>21</sup>. A política instrumental se impõe: o impasse a ser negociado precisou ser posto em seu lugar no imaginário mediante a reformulação do impasse real da participação popular e sua obstrução. A democracia representativa negociada constitui, portanto, uma construção ideológica para substituir o que seria a democracia como experiência da participação política popular na sociedade brasileira de então. Assim se eclipsou no plano da própria constituição da sociedade brasileira a política como experiência da participação popular reivindicada pelas Diretas-Já.

A mídia conservadora reforça diariamente uma formação social baseada, por exemplo, em Estado mínimo e não gastador, desenvolvimento não travado por “benesses” sociais, enrijecimento das variáveis políticas pelo orçamento, política desvinculada da ética, economia divorciada da política com condução técnica e cautelosa da macroeconomia etc. A experiência cotidiana da política instrumental produz realidade social; gera o próprio contexto em que se legitima como “natural”, na ausência de experiência alternativa.

<sup>21</sup> Jornal *Folha de S.Paulo*, 24 de abril de 1984.

A ideologia é uma “cópia” da sociedade que eclipsa o original, obstruindo sua experiência. A mídia produz a experiência social, que não ultrapassa a ordem e apenas confirma o existente. Assim se reforçam as opiniões de que há excesso de gastos governamentais, de que é injusto gastar dinheiro da educação básica na universidade, de que os trabalhadores têm direitos em demasia, de que o funcionalismo é improdutivo, de que a previdência é deficitária, de que a esquerda é corrupta, de que é preciso reduzir a idade penal dos jovens, de que baixar juros produz inflação, de que trabalhadores rurais são criminosos etc.

*Mas há uma referência para a política que não pode ser eclipsada: a própria construção social da sociedade.* Eis o plano em que se pode atuar: a formação da realidade, criando uma contra-esfera pública democrática e popular de sociedade, ou seja, uma esfera pública alternativa à que hoje é hegemônica. É preciso, ao mesmo tempo, “apoderar-se da esfera pública para evitar sua ocupação pelo inimigo de classe” e “construir uma contracomunicação da classe trabalhadora”<sup>22</sup>. Aqui cabe construir sujeitos nos termos de uma experiência social baseada na ação do Estado, na relação entre economia e política, na recuperação da ética fora dos parâmetros da política instrumental etc.

Isso é difícil. A esfera pública hegemônica é tão dominante que determina o modo de agir político, consolidando uma visão meramente instrumental da política como referencial até mesmo da esquerda. Urge refletir mais adequadamente acerca da manipulação: a linguagem, a referência, a relação com o Estado e com a sociedade civil. É preciso evitar ser absorvido pelo modo de definição da esfera pública hegemônica, ao contrastá-la não só em seus conteúdos, mas em sua forma de apresentação, isto é, no que ela representa de experiência pública.

A mídia é “usina ideológica dos conceitos e preconceitos da classe média”<sup>23</sup>. Isto é, da sua experiência política. Pode-se acrescentar: a ideologia, ela própria, é a sociedade e sua organização, e não um conteúdo ideal ou mental, como afirma Adorno<sup>24</sup>. O “medo da classe média” ocorre numa realidade que é “cópia ideológica” posta no lugar da sociedade efetiva.

<sup>22</sup> Oskar Negt e Alexander Kluge, “A ideologia de blocos. Esfera pública da classe trabalhadora como sociedade dentro da sociedade”, em *Ciro Marcondes Filho*, op. cit., p. 139.

<sup>23</sup> Bernardo Kucinski, *A síndrome da antena parabólica* (São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998), p. 33.

<sup>24</sup> Theodor W. Adorno, *Educação e emancipação* (São Paulo, Paz e Terra, 1995), p. 143.

O que importa no cinema como indústria cultural não é só o conteúdo eventualmente manipulador do filme, mas o modo pelo qual seus personagens se comportam, agem, como se erigem seus sistemas de valores<sup>25</sup>. Como é a sociedade em que atuam. Enfim: *como é sua experiência*. Cabe rememorar de que maneira, por meio da revista *Veja* na época da ditadura militar, se construiu a realidade do *Brasil: ame-o ou deixe-o*, com seus bens de consumo, seus valores morais, seus ideais organizativos, individualistas, societários e políticos. Hoje a referência conservadora é uma construção conforme à nova classe; muitos intelectuais instrumentalizados já se esforçam nessa direção<sup>26</sup>. Ela é a mediação para o “engajamento subjetivo” necessário à reprodução do poder capitalista<sup>27</sup>.

Diante disso é preciso construir e reforçar uma esfera pública democrática e popular como alternativa à esfera pública dominante. Isso não significa apenas dar voz abstrata ao povo, mas situá-lo no âmbito da experiência real de um projeto democrático de desenvolvimento e justiça social, até mesmo para se distanciar em relação à política governamental naquilo em que meramente reproduz a correlação de forças que já nem anuncia mais pretender transformar. A própria inserção do governo na esfera pública implica uma mudança do “governo”; suas atribuições e funções se alteram conforme a experiência pública ou a experiência privatizada em cujo contexto se situam. Não apenas “é preciso reinventar questões pessoais sob a forma de questões públicas”, como pede Bauman<sup>28</sup>, mas mesmo *as próprias questões públicas devem ser reinventadas ao se situarem na esfera pública* como direitos. Por exemplo, a educação, a segurança etc.

<sup>25</sup> Theodor W. Adorno, “Crítica cultural e sociedade”, em *Sociologia* (São Paulo, Ática, 1986), p. 87.

<sup>26</sup> Vide Wolfgang Leo Maar, “Dar voz à barbárie?”, em *Folha de S. Paulo*, 6 de março de 2007, p. 3.

<sup>27</sup> Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl, *Videologias* (São Paulo, Boitempo, 2004), p. 21.

<sup>28</sup> Zygmunt Bauman, *Em busca da política* (Rio de Janeiro, Zahar, 2000), p. 15.